

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 05 de janeiro de 2021 às 07h44*  
*Seleção de Notícias*

## O Estado de S. Paulo | BR

Pirataria

<b>Direto da fonte</b> .....	<b>3</b>
------------------------------	----------

DIRETO DA FONTE

## TecMundo.com | BR

04 de janeiro de 2021 | Direitos Autorais

<b>Partido Pirata divulga nota conjunta contra ação dos Copyright Trolls</b> .....	<b>5</b>
--	----------

## Direto da fonte

### DIRETO DA FONTE



#### Colaboração

Marcela Paes [marcela.paes@estadao.com](mailto:marcela.paes@estadao.com) Paula Bonelli [paula.bonelli@estadao.com](mailto:paula.bonelli@estadao.com) Sofia Patsch [sofia.patsch@estadao.com](mailto:sofia.patsch@estadao.com)

DIRETO O Blog: [estadao.com.br/diretodafonte](http://estadao.com.br/diretodafonte)

Instagram:

#### Pirataria na Net

A Associação Brasileira de Direitos Reprográficos aumenta a pressão contra a venda de livros piratas, principalmente as realizadas por meio do Mercado Livre. Protocolaram, ano passado, representação na Secretaria Nacional do Consumidor - vinculada ao Ministério da Justiça- relatando a existência de mais de 3,5 mil anúncios de venda de livros piratas na plataforma. Ainda não receberam resposta.

O próximo passo, segundo Daniela Manole, ex-presidente e atual diretora da associação, será a Justiça...

#### Pirataria 2

Monitoramento da ABDR mostra que 64% de todas as obras removidas da internet em 2020 - por não serem originais - estavam à venda justamente no marketplace. "Para de fato demonstrar o compromisso com a responsabilidade corporativa, dentro de espectro de governança ampla e forte, o Mercado Livre precisa ir além de somente tirar do ar o vendedor ilegal após ele ser denunciado por nós", defende Daniela.

O que, por exemplo? "O ecommerce exigir (como se faz nos EUA) CPF ou CNPJ deste vendedor antes de colocar o produto no site."

#### Pirataria 3



Continuação: Direto da fonte

Marcos Pereira, presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, vai na mesma linha, acreditando que muitas plataformas induzem ao erro. "Os anúncios exibem a capa do livro e informações oficiais de editoras, mas o que os consumidores recebem de volta são meros arquivos em PDF e não ebooks originais."

Outro lado

Consultado sobre o assunto, o Mercado Livre mandou nota à coluna dizendo que "repudia o uso indevido de sua plataforma e tem todo interesse em excluir qualquer anúncio que fira os seus termos e condições de uso assim como a legislação em vigor".

Outro lado 2

Diz ainda que "mantém um acordo de cooperação com a ABDR, que integra seu Brand Protection Program, cujos objetivos são o aprimoramento dos processos de coibição à comercialização de livros piratas" e que promove "baixas dos referidos anúncios quando denunciados pela associação".

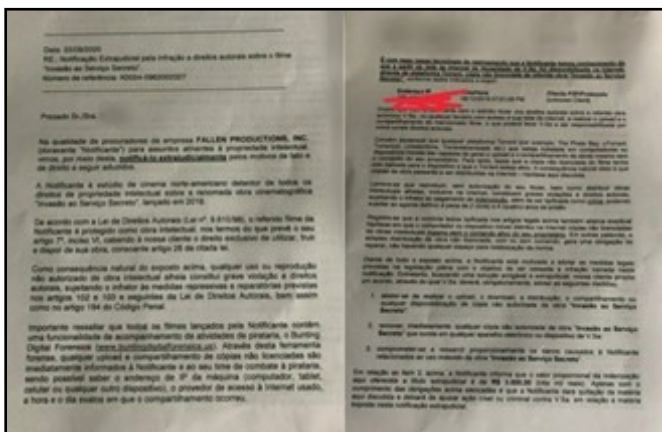
POLAROID

As sócias Caetana Metsavaht e Morena Leite usaram receitas caíças como inspiração para compor o menu do restaurante Cedilha - localizado no Janeiro Hotel, na capital fluminense. "Desafiei a Morena a criar um menu com brasilidade, comida saudável e, ao mesmo tempo, aconchegante", explicou à Vogue. E ainda nesse primeiro semestre, a dupla pretende reinaugurar outro restaurante, o Janeiro, no segundo do hotel. "Lá, o cardápio será mais clássico e sofisticado. Mesmo assim, investimos na raiz brasileira, em ingredientes sazonais, que serão comprados de pequenos produtores", pontuou a chef para a revista.

-

Cláudia Mauro estreia essa semana, em sua conta do Instagram, a websérie Em Coso Eio Dança. "Todas as cenas foram captadas pelo meu celular. Trata-se da história de uma mulher comum, em meio a pandemia, seus conflitos e angústias desse dia a dia, que extravasam de madrugada, quando todos dormem", explica a atriz, que conta com a direção de Udylê Pro-cópio nesse projeto.

# Partido Pirata divulga nota conjunta contra ação dos Copyright Trolls



Questionando a idoneidade de notificações extrajudiciais relacionadas a supostos downloads ilegais de conteúdos (enviadas a milhares de brasileiros em outubro de 2020), o Partido Pirata, junto a diversas outras entidades, divulgou, nesta segunda-feira (4), uma nota em que sugere haver "grandes razões para se acreditar que estamos diante de uma atuação do que se convencionou chamar de 'Copyright Trolls': pessoas ou organizações que realizam ameaças de processo judicial, ou outras atitudes particularmente agressivas, para obter remuneração a partir de questões ligadas à proteção dos **direitos** autorais."

Segundo o documento, tais agentes "atuam a despeito de um real embasamento jurídico para sua reivindicação nesses casos, e a notificação se presta a causar terror psicológico pela ameaça de ação judicial que dificilmente resultaria em vitória para quem a ajuizasse."

Um grupo de advogados e advogadas foi formado para prestar assistência gratuita àqueles que forem, de fato, processados.

Quanto aos dados detalhados dos supostos infratores fornecidos pela Claro S.A., o grupo considera que "o escopo das informações exigidas [pela Copyright Management Services, representada pelo escritório de advocacia Kasznar Leonardos] é claramente exagerado, requerendo que sejam repassados muito mais dados pessoais (...) do que o necessário para o intuito da autora da ação judicial, o que é em si uma visível e grave irregularidade diante dos princípios do Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)."

Para encerrar a situação antes de uma possível judicialização, acordos de R\$ 3 mil foram oferecidos pelos responsáveis. Entretanto, aponta a nota, não existem indicativos definitivos de que os downloads

Continuação: Partido Pirata divulga nota conjunta contra ação dos Copyright Trolls

ocorreram.

## Fundamentos duvidosos

Assinaram o documento a Coalizão Direitos na Rede, a Creative Commons Brasil, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), o Grupo de Estudos em **Direito** Autoral e Industrial - UFPR (GEDAI), o Grupo de Estudos e Pesquisas em Direito Digital e Direitos Culturais da UFERSA (DiGiCULT) e o Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec).

## Fragilidade na descrição técnica da suposta infração

cometida, confusões conceituais, ausência de indicação de qual aplicativo foi usado pelos usuários na realização do suposto download e falta de transparência quanto aos métodos utilizados para a coleta das informações, afirmam, descartam base técnica nos processos.

Entre as ações sugeridas estão ignorar notificações do tipo e não entrar em contato com os números ou endereços eletrônicos indicados nelas. "Os fundamentos jurídicos e técnicos são dúbios. Por isso, não se intimide, nem siga qualquer instrução destas notificações", finaliza a nota.

## Índice remissivo de assuntos

**Pirataria**

3

**Direitos Autorais**

5